

f) Declaração que detém pleno conhecimento do Código de Justiça Desportiva.

g) Para o Nível I, no caso de árbitros para os Jogos Abertos do Interior, deverão os credenciados apresentar declaração (Federação Esportiva ou desta SEJEL) de experiência comprovada na área, de no mínimo 05 (cinco) anos exercendo a prática da arbitragem em eventos oficiais;

h) Para o Nível II, no caso de árbitros para as finais Estaduais e Jogos Regionais, deverão os credenciados apresentar declaração (Federação Esportiva ou desta SEJEL) de experiência comprovada na área, de no mínimo 02 (dois) anos exercendo a prática da arbitragem em eventos oficiais.

i)Para o Nível III, no caso de árbitros que prestarão atividades nas fases: D.E - Diretoria de Ensino, sub-regional e regional deverão atender as alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f”;

1. No ato da inscrição o candidato deverá optar por prestar atividades de árbitro, por modalidade e Nível I, Nível II ou Nível III, observadas as qualificações necessárias.

2. No Nível II e III deverá optar, também, pela região esportiva de sua preferência.

.....de.....de 2005

<p>(Nome/Tel contato e assinatura do arbitro)</p>		

Comunicado <p>Considerando as disposições do artigo 5º da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Federal 8.883/94, indicamos a seguir os pagamentos necessários ao desenvolvimento das Unidades Gestoras da Pasta que devem ser providenciados de imediato, visando a assegurar condições para realização dos programas desta pasta bem como o apoio administrativo, cujo não cumprimento implicará prejuízos de ordem interna e externa.</p> PDs a serem pagas DATA: 22/11/2005		
UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
410101	2005PD00342	5.515,70
	TOTAL	5.515,70

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
410102	2005PD01773	308,95
410102	2005PD01725	11.223,67
	TOTAL	11.532,62
	TOTAL GERAL	17.048,32

COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

Portaria G.CEL 101, de 17-11-2005

O Coordenador de Esporte e Lazer relaciona, por modalidade e sexo, os municípios que deverão tomar providências quanto a infração ao artigo 6º e seus parágrafos da Portaria G.CEL 24/05 (Regulamento dos Jogos Abertos do Interior):

Assis: Tênis feminino / Taekwondo masculino / Ginástica Artística feminino / Xadrez feminino

Bauru: Futebol masculino / Ginástica Artística feminino / Taekwondo feminino

Birigui: Tênis de Mesa feminino / Tênis de Mesa masculino / Voleibol feminino / Ciclismo masculino / Futebol feminino / Judô feminino / Tênis masculino

Cabreúva: Basquetebol masculino

Campinas: Volei de Praia feminino

Caraguatatuba: Tênis feminino

Carapicuíba: Tênis masculino

Cerquilha: Voleibol feminino

Cruzeiro: Ginástica Artística feminino

Dracena: Bíríbol

Embu: Capoeira masculino

Iracemápolis: Ciclismo masculino

Itatiba: Tênis masculino

Itirapina: Bocha / Voleibol feminino / Volei de Praia femini-

no / Volei de Praia masculino

Jacarei: Judô feminino

Jau: Tênis feminino

Lins: Judô masculino

Louveira: Volei de Praia feminino

Mirassol: Tênis feminino / Volei de Praia masculino

Nova Granada: Futebol feminino

Novo Horizonte: Basquetebol masculino

Orlândia: Bocha / Futsal masculino

Parapuã: Voleibol masculino

Paulínia: Tênis de Mesa feminino

Ribeirão Preto: Basquetebol feminino / Volei de Praia femi-

nino / Taekwondo feminino

Rio das Pedras: Capoeira feminino

Santa Rita do Passa Quatro: Capoeira masculino

Santo André: Tênis feminino / Taekwondo feminino /

Taekwondo masculino

Santo Antonio da Alegria: Handebol feminino

São Sebastião: Taekwondo masculino

São Vicente: Xadrez masculino

Sertãozinho: Basquetebol feminino / Basquetebol masculi-

no / Damas / Ginástica Rítmica / Tênis feminino / Tênis mascu-

lino / Xadrez feminino

Sumaré: Tênis feminino

Taboão da Serra: Judô masculino

Votorantim: Judô feminino / Judô masculino

Portaria G.CEL 102, de 17-11-2005

O Coordenador de Esporte e Lazer relaciona, para fins de atendimento ao artigo 9º e seus parágrafos da Portaria G.CEL 24/05 (Regulamento dos Jogos Abertos do Interior), os municí-pios que deverão entrar em contato (telefone: 14 3882-6261) com a
Tesouraria do Comitê Organizador dos 69º Jogos Abertos do Interior, realizados no município de Botucatu:

Andradina; Areiópolis; Bastos; Cabreúva; Capivari;

Carapicuíba; Cerquilha; Embu; Engenheiro Coelho; Hortolândia;

Iguape; Itai; Itirapina; Macedônia; Monte Azul Paulista;

Olimpia; Orlândia; Osasco; Parapananema; Pilar do Sul;

Presidente Venceslau; Promissão; Regente Feijó; Santana de

Parnaíba; Santa Rita do Passa Quatro; São Vicente; Sumaré;

Taquaritinga; Tupã; Vargem Grande do Sul; Várzea Paulista.

Meio Ambiente

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SMA - 34, de 22-11-2005 <p><i>Designa os membros do Grupo Intersecretarial de Trabalho criado pelo Decreto nº 50.019, de 20 de setembro de 2005.</i></p> <p>O Secretário de Estado do Meio Ambiente, nos termos do disposto no § 1º, do Artigo 3º, do Decreto nº 50.019, de 20 de setembro de 2005, e à vista das indicações efetivadas pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e pela Procuradoria Geral do Estado, resolve:</p> <p>Artigo 1º - Ficam designados os representantes do Grupo Intersecretarial de Trabalho, criado pelo Decreto nº 50.019, de 20 de setembro de 2005, para efetuar estudos e apresentar propostas relativas à preservação das áreas que integram o Parque Estadual de Jacupiranga, em especial à vista das ocupações humanas que possam comprometer os atributos ambientais daquela unidade de conservação, como segue:</p> I - Pela Secretaria do Meio Ambiente:
a) Clayton Ferreira Lino, RG nº 5.520.090 , Coordenador do Grupo, pelo Gabinete do Secretário do Meio Ambiente
b) Ocimar José Baptista Bim, RG nº 11.225.351, pelo Instituto Florestal;

c) Frederico Alexandre Roccia Dal P. Arzolla, RG nº 16.513.522 - 0, pelo Instituto Florestal.

II - Pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania:

a) Roberto Aldo Salone, RG nº 27.074.744 - 8, pelo Gabinete do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania;

b) Anselmo Gomiero, RG nº 8.234.820, pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”;

c) Carlos Henrique Gomes, RG nº 14.381.758, pela Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”.

III - Pela Procuradoria Geral do Estado:

a) Cristiana Corrêa Conde Faldini, RG nº 21.416.372, pelo Gabinete do Procurador Geral;

b) Pedro Ubiratan Escoriel de Azevedo, RG nº 8.586.422, pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário;

c) Alexandre Moura de Souza, RG nº 18.760.455, pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Resolução SMA - 35, de 22-11-2005

O Secretário de Estado do Meio Ambiente resolve:

Artigo 1º - Designar CLAYTON FERREIRA LINO, RG 5.520.090, Analista II, funcionário da CETESB, devidamente autorizado pelo Secretário-Chefe da Casa Civil para prestar serviços junto à Secretária de Estado do Meio Ambiente, estando classificado no Gabinete do Secretário, para representá-lo nas questões referentes ao Parque Estadual de Jacupiranga.

Artigo 2º - Os órgãos da Pasta deverão fornecer ao designado acima todos os dados por ele solicitados, necessários à boa execução de sua representação.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

INSTITUTO FLORESTAL

Despacho do Responsável pelo Expediente da Diretoria Geral, de 8-11-2005

Prorrogando por mais 30 dias o prazo para conclusão dos trabalhos contido nos Autos S.M.A. 43.635-2005.

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Comunicados <p>O Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, com base no disposto na Lei nº 5.254, de 22.7.86 faz publicar as decisões dos pedidos de supressão de vegetação natural do Estado de São Paulo.</p> Regional: Oeste Paulista Mês/Ano: Julho a Outubro/05 Processo SMA: 69453/05 Equipe Técnica: PE Processo/ano: 71.328/05 Nome do Interessado: Prefeitura Municipal de Avanhandava Município: Avanhandava Área Autorizada (ha) : 0,066 Finalidade da Solicitação: Construção de Passagem Tipo de Vegetação: FLES Estágio Sucessional: PIO/MED Equipe Técnica: PP Processo/ano: 75.248/04 Nome do Interessado: ITESP Município: Presidente Bernardes Área Averbada (ha): 227,040 Área Indeferida (ha) : 2,0 Finalidade da Solicitação: Cultivo em Assentamento Tipo de Vegetação: FLES Estágio Sucessional: INI Equipe Técnica: PP Processo/ano: 75.136/04 Nome do Interessado: ITESP Município: Pres. Bernardes Área Autorizada (ha): 609,29 Área Indeferida (ha): 9,0 Finalidade da Solicitação: Cultivo de Assentamento Tipo de Vegetação: FLES Estágio Sucessional: IN Equipe Técnica: PP Processo/ano: 75.156/05 Nome do Interessado: Paulina Pereira da Silva Município: Pirapozinho Área Indeferida (ha): 2,8616 Finalidade da Solicitação: Plantio de cana de Açúcar Tipo de Vegetação: FLES Estágio Sucessional: INI Equipe Técnica: PP Processo/ano: 74.636/03 Nome do Interessado: Claudia de Campos Talavera Município: Martinópolis Área Averbada (ha): 100,00 Área Indeferida (ha): 249,22 Finalidade da Solicitação: Plantio de Algodão Tipo de Vegetação: CEAO Estágio Sucessional: INI Equipe Técnica: PE Processo/ano: 71.384/05 Nome do Interessado: Érika Kunher de Lima Município: Barbosa Área Averbada (ha): 51,87 Área Indeferida (ha): 75,18 Finalidade da Solicitação: Agropecuária Tipo de Vegetação: CERR/CEAO Estágio Sucessional: INI/MED Equipe Técnica: DR Processo/ano: 75.075/03 Nome do Interessado: ITESP Município: Pres. Epitácio Área Averbada (ha): 390,8468 Área Indeferida (ha): 181,37 Finalidade da Solicitação: Agropecuária Tipo de Vegetação: FLES Estágio Sucessional: INI Equipe Técnica: PP Processo/ano: 72.203/05 Nome do Interessado: Ernesto Zanqueta Município: Pres. Bernardes Área Indeferida (ha): 0,2724 Finalidade da Solicitação: Limpeza de Cerca ipo de Vegetação: FLES Estágio Sucessional: INI

FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO E PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Extratos de Contrato <p>Proc. nº. 197/2005 Dispensa de Licitação Com Fulcro no Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93</p> Contratante: Fundação Florestal. Contratada: Cooperativa de Ecoturismo e Educação Ambiental - Cooperar. CNPJ: 05.750.646/0001-00. Objeto: Contratação de Serviços técnicos em planejamento de duas trilhas no Gomer al. Valor: R\$6.395,65. Prazo: 90(noventa) dias, contados da assinatura. Data da Assinatura: 16/11/2005. Proc. nº. 198/2005 Dispensa de Licitação Com Fulcro no Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Contratante: Fundação Florestal. Contratada: Instituto Gondwana. CNPJ: 04.126.015/0001-51. Objeto: Contratação de serviços técnicos em planejamento da comunicação e da divulgação dirigida do projeto do Gomer al. Valor: R\$ 7.800,00. Prazo: 60(sessenta) dias, contados da assinatura. Data da Assinatura: 16/11/2005. Proc. nº. 199/2005 Dispensa de Licitação Com Fulcro no Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Contratante: Fundação Florestal. Contratada: Ambiental Consultoria e Assessoria Ltda. CNPJ: 04.060.153/0001-85.Objeto: Contratação de serviços técnicos em planejamento do monitoramento de fauna em ecoturismo no bairro rural de Gomer al. Valor: R\$7.050,00. Prazo: 90(noventa) dias, contados da assinatura. Data da Assinatura: 18/11/2005. Proc. nº. 200/2005 Dispensa de Licitação Com Fulcro no Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Contratante: Fundação Florestal. Contratada: Grecco Consulting Consultores Associados Ltda. CNPJ: 07.523.936/0001-46. Objeto: Contratação de serviços técnicos em avaliação dos monitores ambientais e do receptivo de ecoturismo do Gomer al. Valor: R\$7.700,00. Prazo: 90(noventa) dias, contados da Assinatura. Data da Assinatura: 18/11/2005. Proc. nº. 201/2005 Dispensa de Licitação Com Fulcro no Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Contratante: Fundação Florestal. Contratada: Ricma Consultoria de Projetos de Estruturas Metálicas Ltda. CNPJ: 02.909.940/0001-23. Objeto: Contratação de serviços técnicos em organização do espaço público e propostas de paisagismo para o Gomer al. Valor: R\$ 7.000,00. Prazo: 60(sessenta) dia, contados da assinatura. Data da Assinatura: 16/11/2005. Proc. nº. 202/2005 Dispensa de Licitação. Com Fulcro no Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Contratante: Fundação Florestal. Contratada: Páginas e Letras - Editora e Gráfica Ltda. CNPJ: 00.984.194/0001-07. Objeto: Contratação de serviços técnicos em pesquisa de campo participativa, criação comunitária, editoração e impressão de folhetos e apostilas do bairro do Gomer al. Valor: R\$ 7.400,00. Prazo: 60 (sessenta) dias, contados da assinatura. Data da Assinatura: 16/11/2005. Proc. nº. 203/2005 Dispensa de Licitação Com Fulcro no Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Contratante: Fundação Florestal. Contratada: Sebastião Rocha Aladim Neto. CNPJ:03.607.105/0001-00. Objeto: Contratação de serviços técnicos em criação participativa do primeiro site comunitário do Gomer al. Valor: R\$7.500,00. Prazo: 60(sessenta) dias, contados da assinatura. Data da Assinatura: 18/11/2005. Proc. nº. 204/2005 Dispensa de Licitação Com Fulcro no Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Contratante: Fundacao Florestal. Contratada: Educa Cooperativa dos Profissionais de Ensino e Educação. CNPJ: 06.954.550/0001-26. Objeto: Contratação de serviços técnicos em planejamento do programa de educação ambiental no receptivo do Gomer al. Valor: R\$ 6.695,65. Prazo: 90(noventa) dias, contados da assinatura. Data da Assinatura: 16/11/2005.

Procurador Geral do Estado

como estagiários para exercerem na Procuradoria Regional de Ribeirão Preto da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, os estudantes de Direito: Mariana Passafaro Mársico, Rg. 29.091.010-9, Aline Colles Brigliadori, Rg. 33.629.699-X, Juliana Rodrigues Mafud dos Santos, Rg. 34.769.989-3, Guilherme Terra Cárnio, Rg. 32.656.298-9, Danilo Mendes Silva de Oliveira, Rg. 45.710.141-6, Rafael Duarte Ramos, Rg. 11.656.880-Ssp/Mg, Rodrigo Monteiro Braga, Josiane dos Santos Ribeiro, Helton Gontijo Delmônico, Iris Rafaela da Silva Rodrigues, fazendo jus, mensalmente, nos termos da Resolução PGE n.º 1, de 8 de janeiro de 2.004, à bolsa de 60% do valor fixado para o cargo de Procurador do Estado Nível I, da Escala de Vencimentos instituída pelo artigo 2º da Lei Complementar 724, de 15 de julho de 1.993, de conformidade com o artigo 13 do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986, na redação dada pelo Decreto 29.505, de 10 de janeiro de 1.989, revogado pelo Decreto 48.414, de 07 de janeiro de 2.004, correndo, a despesa no atual exercicio, pelo Subelemento 339036-13 - Programa de Trabalho 02.12.2400.1510.10000 à conta Código Local 40.01.015 (Procuradoria Regional de Ribeirão Preto) do orçamento vigente. (710);

como estagiário para exercer na Procuradoria Regional de Bauru (JAU) da Procuradoria Geral do Estado, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o estudante de Direito: VANDERLEI DE FREITAS NASCIMENTO, fazendo jus, mensalmente, nos termos da Resolução PGE nº 01, de 08 de janeiro de 2.004, à bolsa de 60% do valor fixado para o cargo de Procurador do Estado Nível I, da Escala de Vencimentos instituída pelo artigo 2º da Lei Complementar 724, de 15 de julho de 1.993, de conformidade com o artigo 13 do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986, na redação dada pelo Decreto 29.505, de 10 de janeiro de 1.989, revogado pelo Decreto nº. 37.534, de 27 de setembro de 1993, e revogado pelo Decreto 48.414, de 07 de janeiro de 2.004, correndo a despesa no atual exercicio, do Subelemento 339036-13 Programa de Trabalho 02.092.4002.5.102.0000 (Fundo de Assistência Judiciária), do orçamento vigente.(711);

como estagiários para exercerem na Procuradoria Regional da Grande São Paulo da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, os estudantes de Direito: Marcos Medeiros, Isis Cecília Marangoni Lopes, Wilson Machado da Silva, Rafael Cicero Cyrillo dos Santos, Ricardo Martins de S. José Junior, fazendo jus, mensalmente, nos termos da Resolução PGE n.º 1, de 8 de janeiro de 2.004, à bolsa

de 60% do valor fixado para o cargo de Procurador do Estado Nível I, da Escala de Vencimentos instituída pelo artigo 2º da Lei Complementar 724, de 15 de julho de 1.993, de conformidade com o artigo 13 do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986, na redação dada pelo Decreto 29.505, de 10 de janeiro de 1.989, revogado pelo Decreto 37.534, de 27 de setembro de 1993, e revogado pelo Decreto 48.414, de 07 de janeiro de 2.004, correndo, a despesa no atual exercicio, pelo Subelemento 339036-13 - Programa de Trabalho 02.12.2400.1510.10000 à conta Código Local 40.01.010 (Procuradoria Regional da Grande São Paulo) do orçamento vigente. (712);

como estagiários para exercerem na Procuradoria Regional da Grande São Paulo da Procuradoria Geral do Estado, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, os estudantes de Direito: Lacy Milhomem Gonçalves, Juliana Maria Fecchio, Roberta Abreu Eisfeld Trigueiro, Fernando Oliveira de Camargo, fazendo jus, mensalmente, nos termos da Resolução PGE n.º 01, de 08 de janeiro de 2.004, à bolsa de 60% do valor fixado para o cargo de Procurador do Estado Nível I, da Escala de Vencimentos instituída pelo artigo 2º da Lei Complementar 724, de 15 de julho de 1.993, de conformidade com o artigo 13 do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986, na redação dada pelo Decreto 29.505, de 10 de janeiro de 1.989, revogado pelo Decreto nº. 37.534, de 27 de setembro de 1993, e revogado pelo Decreto 48.414, de 07 de janeiro de 2.004, correndo a despesa no atual exercicio, do Subelemento 339036-13 Programa de Trabalho 02.092.4002.5.102.0000 (Fundo de Assistência Judiciária), do orçamento vigente. (713);

Cancelando:

com fundamento no artigo 16, inciso II, do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986, as credenciais de estagiários outorgadas a Rian Cesar Alves da Silva, Bruno Zanelli Aguiar, Fabiana Maria da Silva, Elisangela Ferreira de Brito, Weldon de Aguiar, Mislene Rodrigues de Oliveira, Daniela de Maio Trezza, estudantes de direito, para exercerem na Procuradoria Regional da Grande São Paulo da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (714);

com fundamento no artigo 16, inciso II, do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986, as credenciais de estagiários outorgadas a IUNA TOTTI TORMENA, RG 44.325.842-9, Ana Carolina Almeida Feres, Rg. 32.925.000-0, Igor Mauad Rocha, RG 33.461.090-4, estudantes de direito, para exercerem na Procuradoria Regional de Ribeirão Preto da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (715);

com fundamento no artigo 16, inciso II, do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986, a credencial de estagiária outorgada a MARIA FERNANDA PRADO ALVES, RG 43.471.702-2, estudantes de direito, para exercerem na Procuradoria Regional de Bauru da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (716);

a partir de 23 de outubro de 2.005, em virtude de conclusão de estágio, as credenciais de estagiários outorgadas a PATRICIA CAMARGO GOES, RG 35.338.515-3, AROLDO CAMPOS DA SILVA JUNIOR, RG 16.617.435-X, OAB/SP 123.742-E, estudantes de direito, para exercerem na Procuradoria Judicial da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso I, do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986. (717);

a partir de 29 de outubro de 2.005, em virtude de conclusão de estágio, a credencial de estagiário outorgada a RENATO DE OLIVEIRA BERTOLAZZI, RG 34.328.298-7, OAB/SP 124.353-E, estudante de direito, para exercer na Procuradoria Judicial da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso I, do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986. (718);

a partir de 31 de outubro de 2.005, em virtude de conclusão de estágio, a credencial de estagiário outorgada a FABIANO ROBSON DE OLIVEIRA, RG 22.444.091-3, estudante de direito, para exercer na Procuradoria Judicial da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso I, do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986. (719);

a partir de 31 de outubro de 2.005, em virtude de conclusão de estágio, a credencial de estagiário outorgada a ADRIANO MARCOS SAMPAIO, RG 27.772.645-1, estudante de direito, para exercer na Procuradoria Regional de Santos da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso I, do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986. (720);

a partir de 26 de outubro de 2.005, a pedido, a credencial de estagiário outorgada a RICARDO PINTO DE OLIVEIRA, RG 28.743.441-2, estudante de direito, para exercer na Procuradoria Regional de Santos da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso V, do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986. (721);

a partir de 01 de novembro de 2.005, a pedido, a credencial de estagiária outorgada a ANGELA DE MENEZES SOUZA, RG 28.743.550-7, estudante de direito, para exercer na Procuradoria Regional de Santos da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso V, do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986. (722);

a partir de 07 de novembro de 2.005, a pedido, a credencial de estagiária outorgada a SANDRA CRISTINA FERNANDES COSTA MEDEIROS DE MORAES, RG 18.883.868, OAB/SP 143.015-E, estudante de direito, para exercer na Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso V, do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986. (723);

a partir de 16 de novembro de 2.005, a pedido, a credencial de estagiário outorgada a ANDRE CARDOSO CAVALCANTI, RG 23.408.425-X, OAB/SP 140.284-E, estudante de direito, para exercer na Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso V, do Decreto 24.710, de 07 de fevereiro de 1.986. (724);

a partir de 25 de outubro de 2.005, a pedido, a credencial de estagiária outorgada a GABRIELA CARDOSO TAFFARELLO, RG 35.739.914-6, estudante de direito, para exercer na Procuradoria Regional de Campinas da Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do